



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE CAÇAPAVA

Aos 10 dias do mês de setembro de 2015, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho, **MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA**, Vice-Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na unidade, conforme Edital CR nº 04/2015, divulgado em 01/07/2015 no DEJT (Edição 1760/2015 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 27). Presente o Juiz Titular da Vara do Trabalho, Dr. ORLANDO AMANCIO TAVEIRA. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados dos sistemas processuais SAP1G e e-Gestão, apurou-se, no período de 01/06/2014 a 31/07/2015, o seguinte:

Equipe de Correição: Ayrton Rocha, Airton Sérgio Guastali, Maria de Lourdes Santos e Paulo de Oliveira.

Jurisdição Atendida: CACAPAVA, JAMBEIRO

Lei de Criação: 9.698/98

Data de Instalação: 25/11/1998

Data de Instalação do PJE: 26/03/2014

1 - ESTRUTURA FUNCIONAL:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ORLANDO AMANCIO TAVEIRA	18/12/1998

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
14/04/2014 a 15/06/2014	Convocação TRT -	SOLANGE DENISE BELCHIOR
16/06/2014 a 30/06/2014	Convocação TRT -	VALDIR BARBIERI JUNIOR
01/07/2014 a 30/07/2014	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
31/07/2014 a 30/09/2014	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
01/10/2014 a 18/11/2014	Convocação TRT -	SOLANGE DENISE BELCHIOR
01/10/2014 a 18/11/2014	Convocação TRT -	SOLANGE DENISE BELCHIOR
19/11/2014 a 30/11/2014	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
19/11/2014 a 18/12/2014	Convocação TRT -	APARECIDO BATISTA DE



JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
--------------	---------------

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
19/12/2014 a 19/12/2014	Convocação TRT -	SOLANGE DENISE BELCHIOR
07/01/2015 a 17/02/2015	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
18/02/2015 a 18/02/2015	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
19/02/2015 a 20/03/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
21/03/2015 a 19/05/2015	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
15/06/2015 a 14/07/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO

2 - JUIZES AUXILIARES [01/06/2014 a 04/09/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
APARECIDO BATISTA DE OLIVEIRA	19/12/2014 a 19/12/2014
APARECIDO BATISTA DE OLIVEIRA	17/08/2015 a 17/08/2015
APARECIDO BATISTA DE OLIVEIRA	18/08/2015 a 18/08/2015
APARECIDO BATISTA DE OLIVEIRA	19/08/2015 a 30/08/2015
APARECIDO BATISTA DE OLIVEIRA	01/09/2015 a 04/09/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
RENATA FRANCESHELLI DE AGUIAR BARROS	06/08/2015 a 06/08/2015
RENATA FRANCESHELLI DE AGUIAR BARROS	12/08/2015 a 12/08/2015

Afastamentos: Não houve



3 - QUADRO DE SERVIDORES [31/07/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

3.1 - Lotação:

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANA RITA DE REZENDE ABREU	TJA	-	02/04/2007
BENEDITA SALES PEREIRA ARANTES	AJ-OJA	-	25/03/1999
CARLOS ROBERTO XAVIER MORALES	TJA	FC-04 CALCULISTA	01/12/1998
CRISTIANE APARECIDA DE OLIVEIRA COSTA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	04/06/2001
EDUARDO SUGUIZAKI SAITO	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	16/11/1999
GISELE GOMES ROSA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	13/07/2012
JULIO CESAR PRADO SANTOS	TJA	FC-02 ASSISTENTE	08/11/2010
JURANDIR MARCONDES DE PAULA	AJ-OJA	-	15/03/2002
LUCAS SOARES TARDELLI	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	13/04/2012
LUIS ALBERTO GOMES NASCIMENTO	AJJ	-	04/11/2013
MONIQUE MIGANDI DE PROENCA PINHEIRO	REM	-	19/03/2014
SANDRA APARECIDA GONCALVES PAIAO MARTINS	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	19/10/2011
SERGIO ADRIANO GONCALVES GEIA	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	17/10/2006
TEREZINHA PERPETUA COSTA FRADE	TJA	-	25/11/1998
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			12
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			2
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			11-12

3.2 - Ausências, exceto férias [06/2014 a 07/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	2
LICENÇA LUTO	8
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	181
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	6
TOTAL	197



3.3 - Estagiários [31/07/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
JOICE DA SILVA PAULA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2015
PAULA RODRIGUES DOS SANTOS PAULO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/03/2015

3.4 - Ações de capacitação [31/07/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ORLANDO AMANCIO TAVEIRA	135

SERVIDORES	HORAS
ANA RITA DE REZENDE ABREU	22
BENEDITA SALES PEREIRA ARANTES	13
CARLOS ROBERTO XAVIER MORALES	47
CRISTIANE APARECIDA DE OLIVEIRA COSTA	7
GISELE GOMES ROSA	47
JULIO CESAR PRADO SANTOS	193
JURANDIR MARCONDES DE PAULA	13
LUCAS SOARES TARDELLI	61
LUIS ALBERTO GOMES NASCIMENTO	92
MONIQUE MIGANDI DE PROENCA PINHEIRO	72
SANDRA APARECIDA GONCALVES PAIAO MARTINS	127
SERGIO ADRIANO GONCALVES GEIA	26
TEREZINHA PERPETUA COSTA FRADE	22



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [06/2014 a 07/2015]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	615
	Aguardando encerramento da instrução	611
	Aguardando prolação de sentença	56
	Aguardando cumprimento de acordo	162
	Solucionados pendentes de baixa na fase - Conhecimento	1.115
	Subtotal	2.497
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de liquidação	268
	Liquidados pendentes de baixa na fase - Liquidação	84
	Subtotal	365
EXECUÇÃO	Pendente de execução	590
	Encerrados pendentes de baixa na fase - Execução	95
	Subtotal	685
TOTAL		3.547

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [06/2014 a 07/2015]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	259	294	90
Exceções de Incompetência	8	3	7
Antecipações de Tutela	334	206	163
Impugnações à Sentença de Liquidação	12	10	11
Embargos à Execução	36	33	29
Embargos à Arrematação	0	1	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	6	0	7
TOTAIS	655	547	307

6 - RECURSOS [06/2014 a 07/2015]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	652	740	165
Recurso Adesivo	26	20	23
Agravo de petição	28	28	8
Agravo de Instrumento	22	21	5
TOTAIS	728	809	201



7 - PRAZOS MÉDIOS [06/2014 a 07/2015]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	Qtde	Dias
Do ajuizamento da ação até a realização da 1a. audiência Rito Sumaríssimo	366	103
Do ajuizamento da ação até a realização da 1a. audiência Exceto Rito Sumaríssimo	837	113
Total / Média	1.203	110
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução Rito Sumaríssimo	358	144
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução Exceto Rito Sumaríssimo	757	251
Total / Média	1.115	216
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença Rito Sumaríssimo	348	150
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença Exceto Rito Sumaríssimo	646	241
Total / Média	994	209

7.2 - Fase de liquidação:

	Qtde	Dias
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	103	490
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	223	240
Total / Média	326	319

7.3 - Fase de execução:

	Qtde	Dias
Do início ao encerramento da execução - ente privado	524	1.345
Do início ao encerramento da execução - ente público	210	755
Total / Média	734	1.176

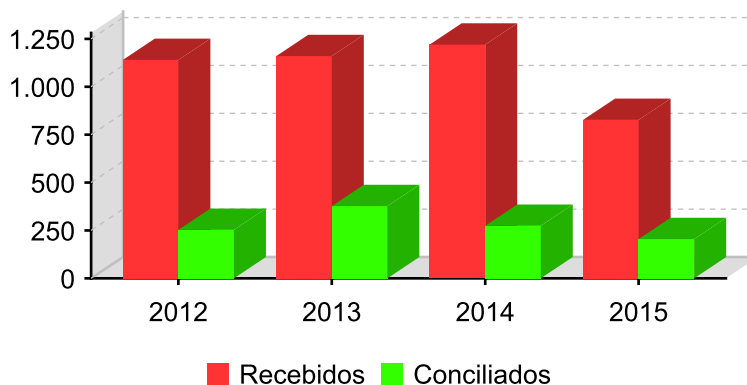


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

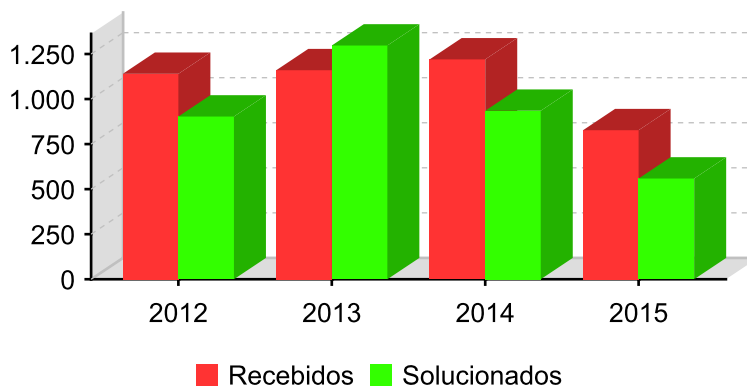
8.1 - Índice de conciliações [até 07/2015]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2012	1.140	253	22,19
2013	1.160	377	32,50
2014	1.220	274	22,46
2015	827	205	24,79



8.2 - Índice de soluções [até 07/2015]:

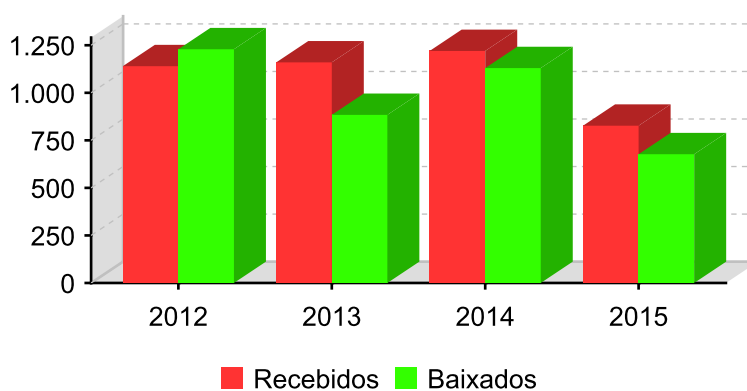
ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2012	1.140	903	79,21
2013	1.160	1.297	111,81
2014	1.220	935	76,64
2015	827	559	67,59





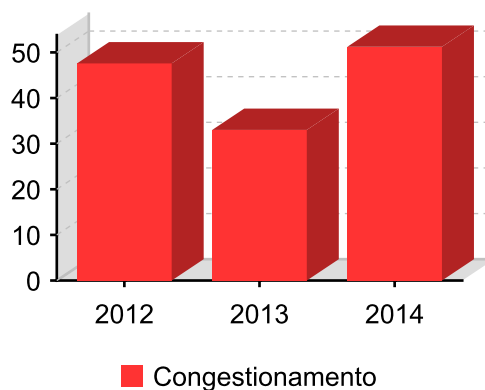
8.3 - Índice de baixas [até 07/2015]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2012	1.140	1.229	107,81
2013	1.160	884	76,21
2014	1.220	1.130	92,62
2015	827	677	81,86



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2012	583	1.140	903	47,59
2013	776	1.160	1.297	33,01
2014	697	1.220	935	51,23



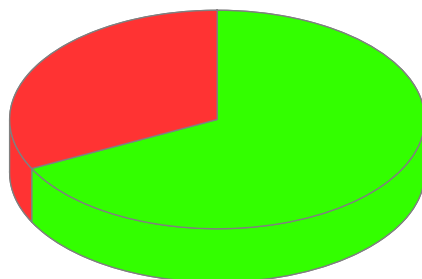


9 - METAS - CNJ E PLANO ESTRATÉGICO DO TRT15 [até 07/2015]:

(fonte: e-Gestão)

9.1 - Meta 1 do CNJ - 2015 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente):

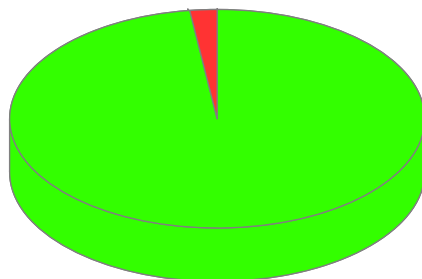
RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PENDENTES NA META	GRAU DE CUMPRIMENTO
827	559	268	67,59 %



● Solucionados ● Pendentes na Meta

9.2 - Meta 2 do CNJ - 2015 (identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2013):

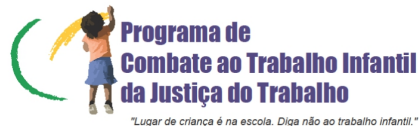
RECEBIDOS EM 2013	SOLUCIONADOS	PENDENTES NA META	GRAU DE CUMPRIMENTO
1.160	1.022	22	97,89 %



● Solucionados ● Pendentes na Meta



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



10 - ARRECAÇÃO [06/2014 a 07/2015]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 222.549,46	R\$ 28.600,93	R\$ 2.438,73	R\$ 1.688.549,16

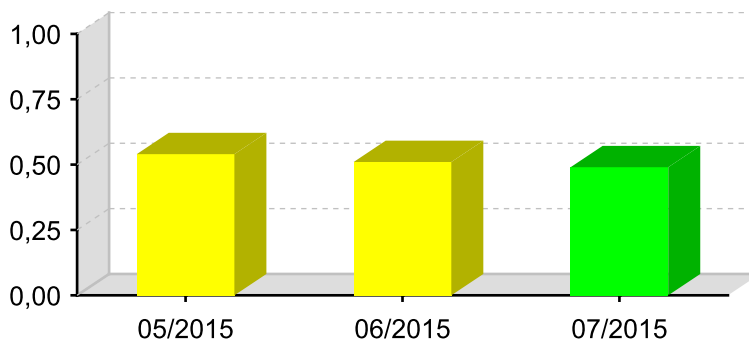


11 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

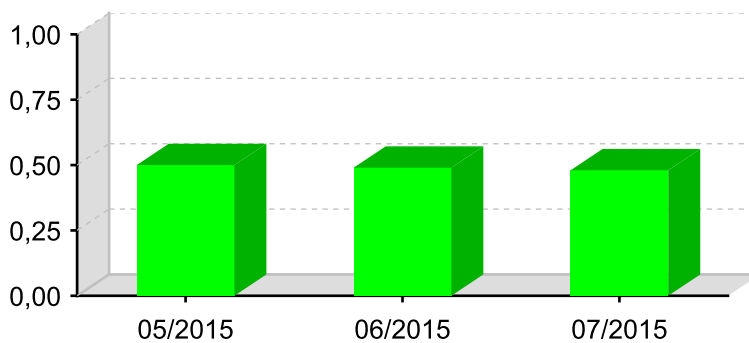
(fonte: e-Correição MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IG
05/2015	0,54	0,50	0,63
06/2015	0,51	0,49	0,64
07/2015	0,49	0,48	0,65

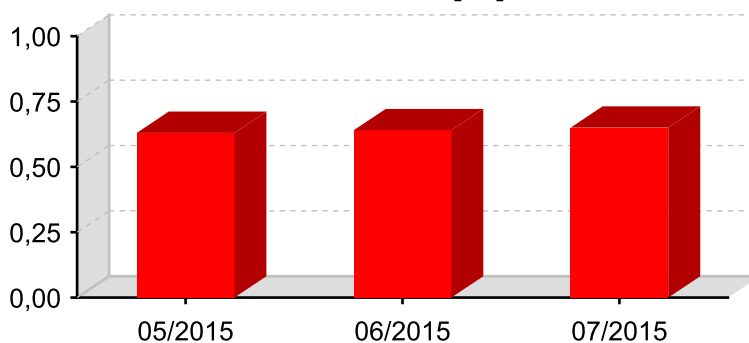
Taxa de Congestionamento no Conhecimento [TCC]



Taxa de Congestionamento na Execução [TCE]



Índice Geral [IG]





12 – ORGANIZAÇÃO DA PAUTA DE AUDIÊNCIAS (2015):

(fonte: Vara do Trabalho)

PAUTA DO JUIZ TITULAR/ JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

TIPO	DIAS DA SEMANA EM QUE HÁ SESSÕES	TURNO (Manhã/Tarde)	PRIMEIRA VAGA NA PAUTA	MÉDIA DIÁRIA
INICIAL	-	-	-	-
UNA SUMARÍSSIMO	2ª a 5ª f.	manhã	02.03.2016	3
UNA ORDINÁRIO	2ª a 5ª f.	manhã	02.03.2016	4
INSTRUÇÃO	2ª a 5ª f.	manhã	16.12.2015	3
TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO EM EXECUÇÃO	2ª a 5ª f.	manhã	16.12.2015	1

Obs.: vide item 17.1.5.

13 – PENDÊNCIAS:

NATUREZA	POSIÇÃO	QUANTIDADE
BACENJUD	08/09/2015	0
BNDT	04/09/2015	0

13.1. - Determinações da Correição Anterior:

Cumpridas integralmente, consoante certidão expedida no dia 22/08/2014, pela Secretaria da Corregedoria.

14 – CONSTATAÇÃO DE DADOS DO “SAP1G”:

Constatou-se nesta correição, posição de 10/08/2015, que:

14.1 – Há 44 processos no relatório sem tramitação, com prazo vencido sem certificação, sendo o mais antigo de 20/07/2015 - processo nº 1249-58-2012.

14.2 – Há registro de 121 petições sem ciência, sendo a data mais antiga o dia



27/04/2015 – processo nº 36200-20-2008.

14.3 – Há 14 processos na ocorrência **ROJ** – remetido ao Oficial de Justiça, sendo a data mais antiga o dia 03/06/2015 – processo nº 95700-51-2007.

14.4 – Há 11 processos na ocorrência **ROS** – remetido do Oficial à Secretaria, sendo a data mais antiga o dia 30/06/2015 – processo nº 79800-67-2003.

14.5 – Há 2 processos na ocorrência **DES** – despacho, sendo o prazo mais antigo datado de 07/08/2015 - processo nº 733-04-2013.

14.6 – Há 7 processos na ocorrência **RCT** – remetido à Contadoria, tendo como prazo mais antigo o dia 21/07/2015 - processo nº 471-25-2011.

15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 18 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nos autos analisados, verificou-se que o Juízo:

15.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos (processo nº 10.24489.2014);

15.2 – registra no sistema SAP1G os atos processuais relevantes;

15.3 – faz uso das ferramentas eletrônicas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e demais convênios;

15.4 – procede, quando cabível, a liberação do depósito recursal por ocasião da sentença de liquidação;

15.5 – determina a citação dos sócios quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada (processo nº 10.17642.2014).

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados, pauta de audiências e principais prazos) encontram-se registrados nos itens 1, 2, 7 e 12.

16 – RECOMENDAÇÕES:

16.1 – promover o controle direto na tramitação dos processos das metas do CNJ



e do Plano Estratégico do TRT;

16.2 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para a respectiva unidade da Procuradoria Geral Federal, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011;

16.3 – dar prioridade à utilização do malote digital, correio eletrônico, canal DIRETOR e ao mensageiro instantâneo PSI, em detrimento do uso de telefone para fins de redução dos gastos com telefonia e papel;

16.4 – dar exclusividade à utilização do Sistema JURISCALC, conforme Comunicado CR nº 014/2014;

16.5 – observar a Recomendação GP-SS nº 01/2014, que trata de pausas após períodos contínuos de trabalho que exijam movimentos repetitivos e esforço visual;

16.6 – observar a Recomendação GP-CR nº 05/2014, que trata da padronização do fluxo de processos de trabalho dos oficiais de justiça na execução;

16.7 – observar a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, especialmente com relação à inclusão de todos os servidores no trabalho com o PJ-e e tramitação com efetividade;

16.8 – observar o Provimento GP-CR nº 07/2014, que instituiu a Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas – CEAT – no âmbito da 15ª Região, a qual deve ser solicitada e emitida exclusivamente no sítio eletrônico do Tribunal;

16.9 – observar o Provimento GP-VPJ-CR nº 05/2012, com as alterações promovidas pelo Provimento GP-VPJ-CR nº 01/2014, especialmente quanto aos documentos a serem anexados no CLE, uma vez que o processo físico permanecerá arquivado na Vara;

16.10 - observar os Comunicados GP-CR nºs 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas, que repercutem em considerável parcela de jurisdicionados e versem sobre trabalho infantil e escravo, respectivamente;

16.11 – diante da crise hídrica que assola o país, recomenda-se que a Vara intensifique a prática de atos de economia no consumo de água e energia elétrica em suas dependências.



17 – DETERMINAÇÕES:

17.1 – Aos MMos. Juízes (Titular, Substituto e Auxiliar) que:

17.1.1 – na qualidade de Corregedores Permanentes da Vara do Trabalho, acompanhem o movimento diário dos serviços da Unidade Judiciária por meio de relatórios extraídos dos Sistemas SAP1.G e e-Gestão, com vistas à efetividade da prestação jurisdicional com otimização das rotinas de trabalho;

17.1.2 – priorizem a redução dos prazos médios nos Ritos Sumaríssimo e Ordinário, estabelecendo como meta o prazo máximo de 15 (quinze) dias para a apreciação dos processos pertencentes ao primeiro Rito, conforme determina o inciso III do art. 852-B da CLT;

17.1.3 – desenvolvam, na hipótese de designação de auxílio fixo, trabalho que importe acréscimo quantitativo de processos instruídos e julgados, somando e não dividindo entre si as funções judicantes, principalmente na fase de execução;

17.1.4 - apenas efetivem a ordem de inclusão da parte executada no BNDT após a realização de pesquisa junto ao Sistema BACENJUD, conforme estabelecido no § 1º-A do art. 1º da Resolução Administrativa nº 1470/2011 do TST;

17.1.5 – em que pesem os prazos para realização das audiências verificados no item 12 desta Ata, não se consignam determinações, uma vez que o MM. Juiz Titular informou que promoverá alterações na pauta de audiências a fim de que o prazo para sua realização seja reduzido. Para tanto, designará, em dois dias da semana, 12 audiências de processos com pedidos de perícias e 3 de instruções, as quais serão realizadas no período da tarde, sem prejuízo daquelas já designadas para o período da manhã. Com isto, pretende que o prazo para realização das audiências não ultrapasse 60 dias.

17.2 – Ao Senhor Diretor de Secretaria que:

17.2.1 – promova a gestão dos processos físicos e eletrônicos, saneando as inconsistências e planejando a redução do acervo de processos físicos;

17.2.2 – cumpra sempre os despachos em uma única etapa, promovendo a



efetividade do ato processual;

17.2.3 - seja intensificada a gestão de processos, devendo ser realizada uma varredura no e-gestão, variáveis 342, 353 e as relativas aos incidentes processuais, como forma de obter um melhor resultado no Mapeamento Global de Desempenho – MGD. No PJ-e deverá ser mantido vazio o agrupador “processos com audiência não designada”, uma vez que foram detectadas que em 09/09/2015, às 11h45, havia 65 processos nesse agrupador. Deverá, ainda, ser intensificada a gestão nas caixas “aguardando cumprimento de providências – subcaixa – oficial de justiça”, que conta com 43 feitos desde 13/10/2014 e “operações de audiência”, visto que existem autos sem audiência designada;

17.2.4 – dê andamento aos feitos abaixo listados, com as providências a seguir relacionadas:

PROCESSOS	PROVIDÊNCIAS
0001144-47.2013.5.15.0119	Na ocorrência HMA – Homologado o acordo desde 11/8/2015, permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 60, descrição 2.2.1 – processos aguardando a primeira sessão de audiência. Determina-se o imediato cumprimento da ordem contida no termo de fls. 232/233, visto que os depósitos estão comprovados nos autos desde 24/08/2015.
0000277-54.2013.5.15.0119	No prazo para contrarrazões vencido em 24/8/2015. Entretanto, o feito encontra-se relacionado no e-Gestão, variável 117, descrição 5.1.5 – embargos declaratórios pendentes. Não há registro de solução para a petição de embargos declaratórios juntada em 15/10/2014. Verifica-se que na contagem Auto e-Gestão do período 23/8/2015 a 29/8/2015 há outros 33 processos em situação análoga. Determina-se o saneamento da inconsistência, inclusive dos casos análogos.
0000413-51.2013.5.15.0119	Na ocorrência RMJ – Remetido desde 9/8/2013. Entretanto, o feito encontra-se relacionado no e-Gestão, variável 124, descrição 5.2.5 – exceções de incompetência pendentes. Não há registro de solução para a petição de exceção de incompetência juntada em 30/7/2013. Determina-se o saneamento da inconsistência.
0001185-14.2013.5.15.0119	No prazo para esclarecimentos sobre o laudo a vencer em 9/10/2015. Entretanto, o processo permanece relacionado no e-Gestão, variável 131, descrição 5.3.5 – antecipação de tutela pendentes, em razão da ausência de registro de solução para a petição juntada em 18/8/2014. Determina-se a regularização.
0049800-89.2000.5.15.0119 Tramitação Preferencial	No prazo de Suspensão – Solução de outro processo a vencer em 28/9/2015. Entretanto, o feito encontra-se relacionado no e-Gestão, variável 150 – embargos à execução pendentes. Não há registro de solução para a petição de embargos à execução juntada em 5/6/2013. Verifica-se que na contagem Auto e-Gestão do período 23/8/2015 a 29/8/2015 há outros 17 processos em situação análoga. Determina-se o prosseguimento, e se for o caso o saneamento da inconsistência, inclusive dos casos análogos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



0036100-65.2008.5.15.0119	Na ocorrência RME – Remetido ao Tribunal em execução desde 23/2/2015. Entretanto, encontra-se relacionado no e-Gestão, variável 168, descrição 5.9.5 exceções de pré-executividade pendentes, por não haver solução para o incidente juntado em 2/10/2013. Determina-se a imediata regularização do feito, além daqueles em situação análoga. Ressalte-se, também, o fato de que a contagem Auto e-Gestão do período 23/8/2015 a 29/8/2015 há outros 3 processos em situação análoga.
0001050-02.2013.5.15.0119	Processo na ocorrência “RAF – Remetido” desde 14/2/2014, entretanto, permanece relacionado no e-Gestão, variável 342 – processos pendentes de finalização fase de conhecimento. Determina-se a regularização do feito.
0031200-73.2007.5.15.0119	Na ocorrência AGA – Aguardando a data da Audiência desde 14/7/2015. Encontra-se relacionado no egestão, variável 346, descrição 3.5.2.1 – processos pendentes de finalização – fase de liquidação. Verifica-se que a audiência designada é de Tentativa de Conciliação em Execução, incompatível com a fase processual. Determina-se o saneamento da inconsistência e o prosseguimento do feito.
0000233-06.2011.5.15.0119	Na ocorrência RAP – Remetido à Assessoria de Precatórios desde 21/7/2015. Encontra-se relacionado no egestão, variável 346, descrição 3.5.2.1 – processos pendentes de finalização – fase de liquidação. Determina-se a regularização do feito.
0040200-97.2007.5.15.0119	Na ocorrência RMA – Remetido ao Arquivo desde 7/4/2014. Encontra-se relacionado no egestão, variável 346, descrição 3.5.2.1 – processos pendentes de finalização – fase de liquidação. Determina-se a regularização do feito, observando os movimentos do e-gestão.
0000005-94.2012.5.15.0119	Na ocorrência CPE – Carta Precatória Executória desde 30/6/2015, permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 353, descrição 4.5.2.1 – processos pendentes de finalização da fase de execução. Determina-se que seja atribuído prazo para aguardar o cumprimento da precatória.
0001249-58.2012.5.15.0119	Processo com prazo vencido para razões finais desde 20/7/2015. Determina-se a certificação do vencimento do prazo com a observância do Comunicado GP/CR nº 31/2012).
0079800-67.2003.5.15.0119	Na ocorrência “ROS– Recebido do Oficial de Justiça” desde 30/6/2015. Em consulta ao SAP1G, verifica-se a existência de outros 13 processos na mesma situação. Determina-se seja levado à conclusão para prosseguimento, inclusive os de situação análoga.
0010544-17.2015.5.15.0119	Em consulta ao PJe1G realizada em 08/09/2015, às 13:44h, foi verificado que o processo permanece no agrupador “processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado” desde 14/5/2015. Verificou-se a existência de outros 03 processos na mesma situação. Determina-se o prosseguimento e a gestão dos processos relacionados nesse agrupador.
0010270-87.2014.5.15.0119	Em consulta ao PJe1G realizada em 08/09/2015, às 14:04h, foi verificado que o processo permanece no agrupador “processos com audiência não designada”, protocolado em 12/06/2014. Verificou-se a existência de outros 65 processos na mesma situação. Determina-se o prosseguimento e a gestão dos processos relacionados nesse agrupador.
0000128-92.2012.5.15.0119	Em consulta ao PJe1G realizada em 09/09/2015, às 11:45h, foi verificado que o processo permanece no agrupador “Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça”, data de cadastro 18/6/2015. Determina-se o prosseguimento e a gestão dos processos relacionados



	nesse agrupador.
0010159-06.2014.5.15.0119	Em consulta ao PJe1G realizada em 8/09/2015, às 14:39h, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “Aguardando cumprimento de providências – subcaixa – Oficial de Justiça” desde 13/10/2014. Determina-se o prosseguimento. Verificou-se a existência de outros 43 processos na mesma situação. Orienta-se que nas subcaixas “Oficial de Justiça” sejam mantidos apenas os processos que ainda não tiveram a diligência cumprida pelo Oficial.
0010802-61.2014.5.15.0119	Em consulta ao PJe1G realizada em 9/9/2015, às 11h58, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “Operações de Audiência” desde 1/12/2014. Não há audiência designada nos autos. Verificou-se a existência de outros 17 processos sem audiência designada. Determina-se o prosseguimento dos feitos e a intensificação da gestão dos processos nesta caixa.
0010896-72.2015.5.15.0119	Em consulta ao PJe1G realizada em 9/9/2015, às 12h05, foi verificado que o processo encontra-se paralisado na caixa “Preparar comunicação” desde 30/12/2014. Determina-se o prosseguimento do feito, ressaltando-se a necessidade de se observar a Portaria GP-VPJ-CR nº07/2012, art.2º, IV, no que tange à determinação de manutenção das caixas de tarefas intermediárias vazias, apontando a existência de outros 40 processos nesta caixa na data em que a consulta foi realizada.

18 – ATENDIMENTOS E VISITAS:

O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor recebeu a visita Dra. Lisandra Melo de Souza (OAB/SP 234.705), advogada constituída pela empresa Pilkington Brasil Ltda., com sede na cidade de Caçapava, que reclamou da forma de atuação do MMo Juiz Substituto, Dr. Aparecido Batista de Oliveira, enumerando os fatos que demonstram a alegada forma arbitrária por ele adotada da condução das audiências dos processos contra a reclamada da qual é patrona, especialmente: a) indeferindo perguntas formuladas pela reclamada em audiência, sem constar na Ata o indeferimento das mesmas e, caso a advogada em questão peça para constarem seus protestos contra o indeferimento, é ameaçada pelo MMo Magistrado com a aplicação de multa por litigância de má-fé; b) indeferimento da realização de perícia médica (em alguns casos); c) realizando inconsequentemente bloqueio de numerário da conta corrente da empresa referida; d) aplicação de pena de revelia pelo fato da audiência estar marcada para as 9 horas e o preposto da empresa em comento adentrar a sala de audiências às 9 horas e dois minutos, tendo atrasado por estar estacionando o carro nas imediações da Vara local; e) proferir sentenças divergentes sobre a mesma matéria



daquelas proferidas pelo Juiz Titular; f) aplicar multa a título de dano social com parcialidade e g) fixação de 15 dias para a empresa pagar as verbas da condenação independentemente do trânsito em julgado da decisão. O Exmo. Desembargador Vice-Corregedor orientou a ilustre advogada a formalizar a reclamação competente perante a Corregedoria e a tomar as medidas administrativas e/ou judiciais que entender cabíveis.

Em seguida, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor e o MM. Juiz Titular da Vara local visitaram a Prefeitura Municipal de Caçapava, onde foram recebidos por sua Exa. o Sr. Henrique Lourivaldo Rinco de Oliveira, MD Prefeito da cidade. Presentes, na ocasião, o Sr. Anthero Mendes Pereira Junior, Chefe de Gabinete, Sr. Benedito de Paula Barros Filho, Secretário de Justiça e Direitos Humanos, e os Procuradores do Município, Dra. Mirian Marta Raposo dos Santos Ferreira (OAB/SP 197.883) e Dr. Ivan Baptista de Oliveira Junior (OAB/SP 164.510).

O Exmo. Desembargador Vice-Corregedor atendeu também a Dra. Lucimeire Gusmão (OAB/SP 148.695), que veio cumprimentá-lo apenas na condição de Vice-Presidente da 85ª Subseção da OAB de Caçapava. Recebeu ainda, em conjunto, os ilustres advogados Dr. André Luiz de Lima Citro (OAB/SP 174.648), Dra. Cristina Machado Renô Martins (OAB/SP 146.053) e os já referidos Procuradores do Município de Caçapava, que, por sua vez, esclareceram serem advogados atuantes nesta Vara do Trabalho e, à exceção da representante da OAB local, apresentaram reclamação com relação à atuação processual do MM. Juiz Substituto Dr. Aparecido Batista de Oliveira, pontuando que o mesmo, ao presidir as audiências, é tendencioso no favorecimento da parte reclamante, chegando ao ponto de modificar o depoimento de suas testemunhas e dos próprios reclamantes, sempre para favorecer suas teses em detrimento da reclamada, na desconsideração do resultado da prova pericial negativa, reproduzindo na ata de audiência fala da testemunha diversa da apresentada em juízo, ameaçando o advogado da reclamada com a aplicação a esta de multa por litigância de má-fé quando ele requer que conste na ata a real fala da testemunha ou que conste ali o seu protesto pelo não atendimento do seu pedido, bem como aplicação da mesma multa quando da interposição de embargos declaratórios, recusa de homologação de acordo já formulado pelas partes, proferindo sentenças *extra petita* sempre em favor do reclamante, determinando de forma arbitrária o recolhimento das custas processuais pelas empresas condenadas solidariamente, exigir, para homologação de acordo firmado pelas partes na



fase de conhecimento a fixação de 40% do valor acordado a título de verbas de natureza salarial, parar a instrução processual somente quando presentes argumentos suficientes para condenar a reclamada e arbitrar valores expressivos nas condenações nas sentenças. O Exmo. Desembargador Vice-Corregedor orientou os advogados e Procuradores do Município a formalizarem suas reclamações perante a Corregedoria individualmente ou através da Ordem dos Advogados local e a tomarem as medidas administrativas e/ou judiciais que entenderem cabíveis.

19 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

19.1 – Foi informado pelo MM. Juiz Titular que:

19.1.1 – possui autorização para residir em Taubaté, fora de sua jurisdição, no entanto, mudou-se recentemente para São José dos Campos, estando ainda no prazo para regularizar essa alteração de residência.

19.3 – Foi informado pelo Senhor Diretor de Secretaria que:

19.3.1 – o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foi expedido ofício à OAB local;

19.3.2 – os livros de ponto de servidores, de carga de advogados e peritos, de carga para Juízes, de carga para extração de cópias, de posse e exercício de servidores, assim como os relatórios de Oficiais de Justiça estão de acordo com as normas deste Regional.

19.4 - O Sr. Coordenador reuniu-se com o Sr. Diretor e seu assistente, oportunidade em que foram tecidas considerações gerais sobre a correição e passadas orientações acerca do método de trabalho previsto na Portaria GP-VPJ-CR nº 01/2015, que alterou a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das rotinas no âmbito do Processo Eletrônico – PJ-e de primeiro grau, bem como sobre os resultados obtidos com a realização de audiências de conciliação antes da migração para o PJe (CLE).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



20 - ENCERRAMENTO:

Nesta data, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, _____
Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que,
depois de lida, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor
Regional e pelo MM. Juiz Titular da Vara do Trabalho.

MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA
Desembargador Vice-Corregedor Regional

ORLANDO AMANCIO TAVEIRA
Juiz Titular de Vara do Trabalho